



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO GM S.A.

SEMESTRE FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2024

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	16

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	17
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	18
4. DISPONIBILIDADES.....	23
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	24
6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	26
7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO.....	29
8. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA.....	30
9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS.....	30
10. ATIVO IMOBILIZADO.....	31
11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	31
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	33
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS.....	36
14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS.....	36
15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	36
16. RENDAS ANTECIPADAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	38
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	38
18. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	39
19. DESPESA DE PESSOAL.....	39
20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	39
21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	40
22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	40
23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS.....	40
24. PARTES RELACIONADAS.....	41
25. GERENCIAMENTO DE RISCO.....	43
26. ÍNDICE DE BASILEIA.....	47
27. OUTROS ASSUNTOS.....	47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais foram adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

Avaliação do Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2024, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 11.174 milhões (R\$ 10.699 milhões em 31 de dezembro de 2023). O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2.538 (R\$ 2.755 milhões em 31 de dezembro de 2023) e os Ativos totalizaram R\$ 14.377 milhões (R\$ 13.762 milhões em 31 de dezembro de 2023). O índice de Basileia em 30 de junho de 2024 foi de 23,26% (26,24% em 31 de dezembro de 2023).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GM S.A., possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevroletsf.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.860/20 e nº 4.859/20.

São Paulo, 23 de agosto de 2024.

A Administração.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução CMN nº 4.910/21, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da Chevrolet Serviços Financeiros, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

O período de referência do documento é o semestre findo em 30 de junho de 2024.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiros.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a diretoria da instituição ocorreram em 23 de julho de 2024 e em 23 de agosto de 2024 tendo o conteúdo de tais encontros devidamente formalizados em atas.

Na reunião de 23 de agosto de 2024, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2024 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação dos seguintes documentos:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria (data-base 30 de junho de 2024), conforme determinações da Resolução nº 4.860/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central nº 28/2020.

Em termos de efetividade das auditorias independente e externa, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do primeiro semestre de 2024, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna cumprindo o plano estabelecido para o semestre. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores independentes e internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pela(s) implementação(ões) e data de conclusão esperada.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Não há razões que nos levem a crer que a Diretoria adotará postura distinta em relação às eventuais recomendações que podem resultar dos trabalhos da auditoria independente a serem brevemente informadas à Diretoria para conhecimento e ação.

Por fim, os trabalhos das auditorias independente e interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo do primeiro semestre de 2024, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independência das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 30 de junho de 2024.

São Paulo, 23 de agosto de 2024.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco GM S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 30 de junho de 2024, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 11.173.781 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 236.500 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 15, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 30 de junho de 2024, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 891.651mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 30 de junho de 2024 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analizamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC SP-241659/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Jun/2024	Dez/2023
CIRCULANTE		6.993.264	6.521.988
Disponibilidades	4	11	4
Instrumentos Financeiros		6.482.610	6.351.724
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	327.940	406.800
Títulos e Valores Mobiliários	5b	133.005	122.394
Operações de Crédito	6a	6.087.978	5.891.783
Operações de Crédito - Setor Privado		5.691.172	5.504.906
Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão		396.806	386.877
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	53.146	51.531
Operações de Arrendamento - Setor Privado		53.146	51.531
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	(119.459)	(120.784)
(-) Operações de Crédito		(119.190)	(120.518)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(269)	(266)
Outros Ativos		510.643	170.260
Diversos	7	377.176	83.755
Ativo Fiscal Corrente	7	116.800	77.880
Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda	8a	12.081	3.757
Despesas Antecipadas	8b	4.586	4.868
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.595.350	6.340.526
Instrumentos Financeiros		4.915.616	4.636.397
Operações de Crédito	6a	5.005.926	4.733.544
Operações de Crédito - Setor Privado		5.005.926	4.733.544
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	26.731	21.905
Operações de Arrendamento - Setor Privado		26.731	21.905
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	(117.041)	(119.052)
(-) Operações de Crédito		(116.905)	(118.939)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(136)	(113)
Outros Ativos		996.409	972.754
Diversos	7	992.812	968.844
Despesas Antecipadas	8b	3.597	3.910
Ativo Fiscal Diferido	7	683.325	731.375
PERMANENTE		788.215	899.901
Investimentos		779.330	887.329
Participações em Controladas no País	9	779.330	887.329
Imobilizado de Uso	10	8.885	12.572
Outras Imobilizações de Uso		24.255	30.408
(-) Depreciações Acumuladas		(15.370)	(17.836)
TOTAL DO ATIVO		14.376.829	13.762.415

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação
 Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Jun/2024	Dez/2023
CIRCULANTE		<u>6.144.636</u>	<u>5.679.285</u>
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	<u>5.131.810</u>	<u>5.317.893</u>
Depósitos		<u>2.677.009</u>	<u>3.201.142</u>
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		<u>2.454.801</u>	<u>2.116.751</u>
Outras Obrigações		<u>1.012.826</u>	<u>361.392</u>
Obrigações Fiscais Correntes	14	<u>78.021</u>	<u>23.931</u>
Diversas	13	<u>934.805</u>	<u>337.461</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>5.694.240</u>	<u>5.328.605</u>
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	<u>4.248.479</u>	<u>3.723.936</u>
Depósitos		<u>905.175</u>	<u>436.763</u>
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		<u>3.343.304</u>	<u>3.287.173</u>
Provisões	15	<u>891.651</u>	<u>878.619</u>
Obrigações Fiscais Diferidas	14	<u>242.532</u>	<u>232.210</u>
Outras Obrigações		<u>-</u>	<u>205.857</u>
Diversas	13	<u>-</u>	<u>205.857</u>
Rendas Antecipadas de Operações de Crédito	16	<u>311.578</u>	<u>287.983</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.537.953</u>	<u>2.754.525</u>
Capital	17a	<u>2.016.479</u>	<u>2.416.479</u>
De Domiciliados no País		<u>2.016.470</u>	<u>2.416.470</u>
De Domiciliados no Exterior		<u>9</u>	<u>9</u>
Reserva de Lucros	17c	<u>521.474</u>	<u>338.046</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>14.376.829</u></u>	<u><u>13.762.415</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	Jun/2024	Jun/2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.060.203	835.914
Operações de Crédito	18	986.254	772.911
Operações de Arrendamento Mercantil - Receita	18	33.964	22.940
Rendas com Aplicações Financeiras	5a	29.373	29.651
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5c	10.612	10.412
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(627.532)	(585.996)
Operações de Captações no Mercado	11c	(485.895)	(436.373)
Operações de Arrendamento Mercantil - Despesa	18	(28.621)	(19.045)
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros	6i	(25.500)	(29.395)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	(87.516)	(101.183)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		432.671	249.918
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(49.364)	(99.091)
Rendas de Prestação de Serviços		27.144	23.888
Rendas de Tarifas Bancárias		42.190	34.251
Despesas de Pessoal	19	(76.626)	(77.536)
Outras Despesas Administrativas	20	(193.773)	(187.554)
Despesas Tributárias	23	(26.914)	(18.990)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	122.000	58.029
Outras Receitas Operacionais	21	89.520	105.426
Despesas com Provisões	15	(22.181)	(25.876)
Outras Despesas Operacionais	22	(10.724)	(10.729)
RESULTADO OPERACIONAL		383.307	150.827
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		7.533	2.228
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		390.840	153.055
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12b	(111.679)	(31.669)
Provisão para Tributos Correntes		(53.307)	(38.349)
Provisão para Tributos Diferidos		(10.322)	(192)
Ativo Fiscal Diferido		(48.050)	6.872
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(16.933)	(14.548)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		262.228	106.838
Atribuível à Controladora		262.227	106.838
Atribuível aos Não Controladores		1	-
Quantidade de ações		1.141.400	1.141.400
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,23	0,09

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Jun/2024</u>	<u>Jun/2023</u>
Resultado Líquido do Período	262.228	106.838
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	262.228	106.838
Atribuível à Controladora	262.227	106.838
Atribuível aos Não Controladores	1	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Outras		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.416.479	194.684	168.176	-	2.779.339
Resultado Líquido do Período		-	-	-	106.838	106.838
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal		-	5.342	-	(5.342)	-
Reservas de Lucro		-	-	101.496	(101.496)	-
Dividendos	17b	-	-	(66.326)	-	(66.326)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2023		2.416.479	200.026	203.346	-	2.819.851
Mutações do período		-	5.342	35.170	-	40.512
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.416.479	211.319	126.727	-	2.754.525
Redução de capital social	17a	(400.000)t	-	-	-	(400.000)
Resultado Líquido do Período		-	-	-	262.228	262.228
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	17c	-	13.111	-	(13.111)	-
Reservas de Lucro	17c	-	-	249.117	(249.117)	-
Dividendos	17b	-	-	(78.800)	-	(78.800)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2024		2.016.479	224.430	297.044	-	2.537.953
Mutações do período		(400.000)	13.111	170.317	-	(216.572)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Jun/2024	Jun/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido Ajustado		548.796	454.121
Resultado Líquido Do Período		262.228	106.838
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso	10	1.891	2.587
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		14.972	12.343
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	3f	13.142	6.435
Outras Despesas de Arrendamento		507	267
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso		(1.999)	(1.288)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	(122.000)	(58.029)
Resultado na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		(3.746)	(1.047)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	87.516	101.183
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	21	(26.782)	(31.260)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5c	(10.612)	(10.412)
Juros apropriados de Depósitos		119.572	90.027
Juros apropriados de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		279.154	258.185
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	15b	22.181	25.876
Rendas Antecipadas de Operações de Crédito	16	(198.908)	(79.253)
Tributos Diferidos	12e	58.372	(6.680)
Provisão para Tributos Correntes	12b	53.307	38.349
Variação de Ativos e Obrigações		(382.646)	(85.685)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		(565.870)	(958.240)
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(304.986)	(36.458)
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		595	(4.420)
(Aumento) Redução em Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		(4.578)	923
Aumento (Redução) em Depósitos		(25.693)	753.941
Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		267.994	302.551
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		402.591	(14.970)
Pagamento de riscos e obrigações legais		(9.149)	(35.796)
Aumento (Redução) em Rendas Antecipadas		222.503	165.288
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		(28.621)	(19.045)
Juros Pagos de Depósitos		(149.600)	(109.029)
Juros Pagos de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		(152.967)	(102.492)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(34.865)	(27.938)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		166.150	368.436
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação de Imobilizado de Uso		4.000	2.578
Aquisição de Imobilizado de Uso	10	(203)	(3.111)
Redução de Capital a Receber de Controladas		230.000	-
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		233.797	(533)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(78.800)	(66.326)
Redução de capital a pagar		(400.000)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento		(478.800)	(66.326)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES		(78.853)	301.577
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		406.804	321.799
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos		327.951	623.376
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(78.853)	301.577

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A., com sede administrativa na Avenida Indianópolis, nº 3.096, São Paulo-SP, Brasil, é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet.

O Banco tem como controladora final a General Motors Company, empresa com ações listadas na bolsa de Nova York e situada em Detroit, Michigan, Estados Unidos. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Chevrolet Serviços Financeiros, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas, nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

- a) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- b) CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- c) CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- d) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- e) CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- f) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- g) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- h) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- i) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- j) CPC 27 – Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- k) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- l) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- m) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- n) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21 (parcial);

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 23 de agosto de 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada para risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03 (R2), são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

d) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *“pro rata temporis”* e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

e) Instrumentos Financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria *“títulos mantidos até o vencimento”*.

ii. Operações de crédito

As operações de crédito estão apresentadas a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das receitas de juros.

iii. Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato, e são apresentadas pelo valor presente, conforme Resolução BCB nº 02/20. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica *“Valores residuais a realizar”*, tendo como contrapartida a rubrica *“Valores residuais a balancear”*, ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

iv. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1 de janeiro de 2009, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

v. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

As provisões para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros ativos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros ativos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Para as operações contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor superior a R\$ 50,00 é efetuada a avaliação por cliente das perdas prováveis associadas ao risco de crédito.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no semestre findo em 30 de junho de 2024, insuficiência de depreciação no montante de R\$ 13.142 (R\$ 6.435 em 30 de junho de 2023), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação em 30 de junho de 2024 de R\$ 33.639 (R\$ 22.839 em 31 de dezembro de 2023), classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Resolução CMN nº 4.535/16.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “*pro rata temporis*” e cambiais incorridos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2024, baseadas nos critérios definidos na Instrução Normativa BCB nº 319/2022 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05

(R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

m) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "*pro rata temporis*" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano; e
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

n) Resultado não Recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na resolução BCB nº 02/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e o efeito financeiro dos eventos que deram origem ao resultado não recorrente devem ser evidenciados em notas explicativas.

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Jun/2024	Dez/2023
Disponibilidades em Moeda Nacional	11	4
Total	11	4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

- a) As aplicações interfinanceiras de liquidez, apresentavam as seguintes composições:

	Jun/2024	Dez/2023
Aplicação de Mercado Aberto - NTN	327.940	300.137
Aplicação de Mercado Aberto - LTN	-	106.663
Total	327.940	406.800

No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 29.373 (R\$ 29.651 no primeiro semestre de 2023).

- b) Valor justo dos Instrumentos Financeiros – Títulos e Valores Mobiliários

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	Jun/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Cotas de Fundo de Investimento	-	133.005	-	133.005
Total	-	133.005	-	133.005

Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	Dez/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Cotas de Fundo de Investimento	-	122.394	-	122.394
Total	-	122.394	-	122.394

- c) Os Títulos e Valores Mobiliários são representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") – Banco GM Financiamento a Concessionários. No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 10.612 (R\$ 10.412 no primeiro semestre de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

O Fundo investido, administrado pela S3 CACEIS BRASIL DTVM S.A. e gerido pela Cultinvest Asset Management Ltda, iniciou suas operações em 10 de novembro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira data de emissão ou data em que a última série de cotas seniores for integralmente resgatada, o que ocorrer primeiro. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo para as cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que se desconta a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Resolução CVM nº 175, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

As relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniores	Máximo de 75%
Cotas subordinadas (i)	Mínimo de 25%

(i) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 25% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por tipo de operação:

Operações de Crédito	Jun/2024	Dez/2023
Empréstimos	86.597	97.707
Financiamentos	10.610.501	10.140.743
Financiamentos Cedidos com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios (i)	396.806	386.877
Operações de Arrendamento Mercantil	79.877	73.436
Total	11.173.781	10.698.763

(i) Devido à retenção substancial de riscos, um passivo é reconhecido em contrapartida ao ativo (nota 13).

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

Operações de Arrendamento	Jun/2024	Dez/2023
Arrendamentos a Receber	89.634	82.539
Rendas a Apropriar	(88.514)	(82.511)
Valores Residuais a Apropriar	760	700
Valores Residuais a Balancear	(760)	(700)
Imobilizado de Arrendamento	79.504	73.986
Valor Residual Antecipado	(747)	(578)
Total	79.877	73.436

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

Setor Privado	Jun/2024		Dez/2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pessoa Física	8.080.084	72,4%	7.412.089	69,3%
Outros Serviços	1.589.607	14,2%	1.612.046	15,1%
Comércio	1.488.988	13,3%	1.660.330	15,5%
Indústria	15.102	0,1%	14.298	0,1%
Total	11.173.781	100,0%	10.698.763	100,0%

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros ativos, por prazo de vencimento:

Parcelas Vencidas	Jun/2024		Dez/2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Até 60 Dias	61.870	0,6%	56.590	0,5%
De 61 a 180 Dias	17.496	0,2%	19.353	0,2%
De 181 a 360 Dias	7.168	0,1%	7.803	0,1%
Total de Parcelas Vencidas	86.534	0,9%	83.746	0,8%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Parcelas a Vencer				
Até 180 dias	4.033.706	36,0%	4.087.391	38,2%
De 181 a 360 Dias	2.020.885	18,1%	1.772.177	16,6%
Acima de 360 Dias	5.032.656	45,0%	4.755.449	44,4%
Total de Parcelas a Vencer	11.087.247	99,1%	10.615.017	99,2%
Total	11.173.781	100,0%	10.698.763	100,0%

e) Concentração do risco de crédito:

Concentração:	Jun/2024		Dez/2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Maior Devedor	101.805	0,9%	92.166	0,9%
10 Maiores Seguintes	446.231	4,0%	442.578	4,1%
50 Devedores Seguintes	872.848	7,8%	991.073	9,3%
100 Devedores Seguintes	746.760	6,7%	831.599	7,8%
Demais Devedores	9.006.137	80,6%	8.341.347	77,9%
Total	11.173.781	100,0%	10.698.763	100,0%

f) Composição da carteira por indexadores:

Indexadores	Jun/2024		Dez/2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	9.347.028	83,7%	8.593.554	80,3%
Pós-fixado	1.826.753	16,3%	2.105.209	19,7%
Total	11.173.781	100,0%	10.698.763	100,0%

g) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros ativos, e correspondente provisão para perda esperada associada para risco de crédito referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de Risco	Taxa de Provisão (%)	Jun/2024		Dez/2023	
		Total de Operações	Provisão Constituída	Total de Operações	Provisão Constituída
AA	0,0%	48.949	-	47.929	-
A	0,5%	9.163.532	45.817	8.758.889	43.794
B	1,0%	740.152	7.402	662.886	6.629
C	3,0%	828.406	24.852	807.121	24.214
D	10,0%	125.440	12.544	155.819	15.582
E	30,0%	157.022	47.106	147.531	44.259
F	50,0%	15.467	7.734	18.753	9.377
G	70,0%	12.559	8.791	12.845	8.991
H	100,0%	82.254	82.254	86.990	86.990
Total		11.173.781	236.500	10.698.763	239.836

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

h) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Provisões esperadas associadas ao risco de crédito	Jun/2024	Jun/2023
Saldo inicial	239.836	258.893
Constituição / (Reversão) de Provisões	87.516	101.183
Operações registradas como prejuízo	(90.852)	(116.745)
Saldo final	236.500	243.331

Créditos baixados como prejuízo	Jun/2024	Jun/2023
Saldo inicial	530.817	533.098
Operações registradas como prejuízo	90.852	116.745
Recuperação de créditos (nota 21)	(21.925)	(33.838)
Anistia de operações irrecuperáveis	(70.809)	(74.411)
Saldo final	528.935	544.594

As operações de crédito baixados para prejuízo são registradas em contas de compensação.

Os créditos renegociados totalizaram R\$ 31.155 (R\$ 35.989 em 31 de dezembro de 2023) apresentando saldo de provisão para perdas esperadas de R\$ 1.519 (R\$ 1.176 em 31 de dezembro de 2023).

i) Cessão de crédito:

	Jun/2024	Dez/2023
Valor Presente de Contratos Cedidos Pela Taxa Original	1.005	85
Operações de Crédito FIDC	396.806	382.676
Obrigações Por Operações Cedidas (nota 13)	(391.854)	(377.103)
Provisão para Perdas Esperadas	(3.947)	(5.488)
Valor Presente de Contratos Cedidos a Outras Instituições	-	(195)
Operações de Crédito Outras Instituições	-	4.201
Obrigações Por Operações Cedidas (nota 13)	-	(4.375)
Provisão para Perdas Esperadas	-	(21)
Total	1.005	(110)

	Jun/2024	Jun/2023
Despesas Apropriadas por Operações de Financiamento Cedidas	25.500	29.395
Despesas de Operações Cedidas de FIDC	19	654
Despesas de Operações Cedidas a Outras Instituições	25.481	28.741

j) A área de Riscos Corporativos é responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco de mercado das carteiras por meio do acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), avaliando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros mensura o IRRBB utilizando a abordagem padronizada definida pelo Banco Central, conforme Circular nº 3.876/2018. Esta norma estabelece o cálculo de duas principais métricas, Δ EVE e Δ NII, que objetivam avaliar, por meio da análise de sensibilidade, os impactos de mudanças nas taxas de juros futuras no valor de mercado e no resultado da carteira detida pela Instituição, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Os cenários padronizados avaliados consideram a aplicação dos seguintes choques paralelos: (i) aumento de 4 (quatro) pontos percentuais e (ii) redução de 4 (quatro) pontos percentuais nas taxas de juros futuras para todo horizonte de análise. As avaliações são realizadas como parte das rotinas de gestão que objetivam manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia e apetite a risco, mesmo em situações de stress.

7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Jun/2024	Dez/2023
Depósitos Judiciais (i)	992.812	968.844
Créditos Tributários - IR e CS (nota 12c)	683.325	731.375
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 24e) (ii)	310.318	63.860
Impostos a Recuperar (iii)	116.800	77.880
Devedores Diversos - País (iv)	61.654	18.511
Adiantamentos e Antecipações Salariais	5.049	1.266
Outros	155	118
Total	2.170.113	1.861.854
Ativo Circulante	493.976	161.635
Ativo Não Circulante	1.676.137	1.700.219
	2.170.113	1.861.854

- (i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas" (nota 14) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota 15). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 21 e 22, respectivamente).
- (ii) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil Ltda. no valor de R\$ 40.967 (R\$ 52.112 em 31 de dezembro de 2023),
- (iii) reembolso de despesas administrativas da General Motors Financial Inc. no valor de R\$ 30.990 (R\$ 4.375 em 31 de dezembro de 2023) e montante de R\$ 230.000 referente a redução de capital a receber da controlada GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
- (iv) Refere-se substancialmente à crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores no montante de R\$ 76.115 (R\$ 35.894 em 31 de dezembro de 2023) e antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente que juntos somam R\$ 34.904 mil (R\$ 36.675 em 31 de dezembro de 2023).
- (v) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros ativos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$ 61.461 mil (R\$ 18.511 em 31 de dezembro de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

8. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA

a) Ativos não financeiros mantidos à venda

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para a redução ao valor recuperado, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens.

	Jun/2024	Dez/2023
Bens Não de Uso Próprio	17.326	9.992
Provisão Para Redução ao Valor Recuperável	(5.245)	(6.235)
Total	12.081	3.757

b) Despesas antecipadas:

	Jun/2024	Dez/2023
Seguros Antecipados (i)	5.052	5.199
Operações Securitizadas (ii)	2.459	3.020
Operações de Captações Acordados com Corretoras (iii)	372	426
Outras Despesas Antecipadas	300	133
Total	8.183	8.778

- (i) Refere-se a apólices de seguros pagos cujo diferimento perdura até o prazo de vencimento pactuado com a seguradora. Em 30 de junho de 2024 os valores de despesas com seguros representaram R\$ 11.765 (R\$ 11.166 em 30 de junho de 2023) (nota 20)
- (ii) Refere-se às tarifas de registro de boleto de operações securitizadas com instituições financeiras.
- (iii) Refere-se ao custo das operações de captações acordados com as corretoras, com uma taxa anual de 0,70%.

9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

Dados das Controladas	Jun/2024		Total
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	
Patrimônio Líquido	714.604	64.733	779.337
Participação no Capital	99,99%	99,99%	
		Dez/2023	
Patrimônio Líquido	837.919	49.415	887.334
Participação no Capital	99,99%	99,99%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Movimentação dos Investimentos	Jun/2024		
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	Total
Saldo Inicial do Período	837.919	49.410	887.329
Resultado de Equivalência Patrimonial	106.684	15.316	122.000
Redução de capital	(230.000)	-	(230.000)
Saldo Final do Período	714.604	64.726	779.330
	Jun/2023		
Saldo Inicial do Período	728.496	30.218	758.714
Resultado de Equivalência Patrimonial	50.971	7.058	58.029
Saldo Final do Período	779.467	37.276	816.743

10. ATIVO IMOBILIZADO

	Jun/2024				
	Móveis e Equipamentos	Sistemas de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Veículos	Total
Imobilizado no início do período	666	571	8.315	3.020	12.572
Aquisições	-	45	158	-	203
Alienações	(3)	-	(83)	(1.913)	(1.999)
Depreciação (nota 20)	(101)	(117)	(1.203)	(470)	(1.891)
Imobilizado no fim do período	562	499	7.187	637	8.885
	Jun/2023				
	Móveis e Equipamentos	Sistemas de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Veículos	Total
Imobilizado no início do período	875	709	4.503	8.641	14.728
Aquisições	-	65	2.940	106	3.111
Alienações	-	(1)	(129)	(1.158)	(1.288)
Depreciação (nota 20)	(105)	(125)	(866)	(1.491)	(2.587)
Imobilizado no fim do período	770	648	6.448	6.098	13.964

11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros

Instrumentos	Indexador	Remuneração	Valor da Operação		Valor Atualizado	
			Jun/2024	Dez/2023	Jun/2024	Dez/2023
Depósitos Interfinanceiros	Pós-Fixado	100,0% a 107,5% do CDI	940.000	1.240.000	972.588	1.279.983
	Prefixado	11,92% a.a a 14,28% a.a	250.000	600.000	272.382	636.139
Total			1.190.000	1.840.000	1.244.970	1.916.122
Depósitos a prazo	Pós-Fixado	95,0% a 125% do CDI	1.478.437	979.080	1.571.898	1.038.088
	Prefixado	6,67% a.a a 14,06% a.a	715.145	590.195	765.316	683.695
Total			2.193.582	1.569.275	2.337.214	1.721.783

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Letras Financeiras	Pós-Fixado	100,0% a 109,0% do CDI	4.726.450	4.458.455	5.582.300	5.199.217
	Prefixado	10,67% a.a a 11,43% a.a	200.000	200.000	215.805	204.707
Total			4.926.450	4.658.455	5.798.105	5.403.924
Total de depósitos e instrumentos financeiros			8.310.032	8.067.730	9.380.289	9.041.829
Passivo Circulante			4.434.083	4.674.962	5.131.810	5.317.893
Passivo Não Circulante			3.875.949	3.392.768	4.248.479	3.723.936

b) Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros por faixas de vencimentos

	Jun/2024				Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima 12 meses	
Depósitos Interfinanceiros	741.872	100.152	402.946	-	1.244.970
Depósitos a prazo	532.276	218.560	681.203	905.175	2.337.214
Letras Financeiras	256.927	1.299.207	898.667	3.343.304	5.798.105
Total	1.531.075	1.617.919	1.982.816	4.248.479	9.380.289

	Dez/2023				Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima 12 meses	
Depósitos Interfinanceiros	592.809	668.825	654.487	-	1.916.121
Depósitos a prazo	79.780	410.785	794.455	436.763	1.721.783
Letras Financeiras	16.742	628.230	1.471.779	3.287.173	5.403.924
Total	689.331	1.707.840	2.920.721	3.723.936	9.041.828

c) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	Jun/2024	Jun/2023
Letras Financeiras	(308.746)	(291.914)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(96.015)	(88.107)
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	(79.969)	(55.451)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(1.165)	(901)
Total	(485.895)	(436.373)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Jun/2024		Jun/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes da Tributação	390.840	390.840	153.055	153.055
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Despesa de Acordo com Alíquotas	(97.710)	(78.168)	(38.264)	(30.611)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações no lucro e resultado	4.233	3.387	3.637	2.910
Resultado de equivalência patrimonial	30.501	24.400	14.507	11.606
Outras adições/exclusões permanentes	(1.448)	(259)	671	1.045
Total IR e CS Sobre Despesas Permanentes	33.286	27.528	18.815	15.561
Incentivos Fiscais (i)	814	-	560	-
Ajuste de imposto corrente período anterior (ii)	1.919	640	1.359	899
Adicional do imposto de renda	12	-	12	-
Total outros efeitos sobre diferenças permanentes	2.745	640	1.931	899
Despesa de IR e CS no Período	(61.679)	(50.000)	(17.518)	(14.151)
Total	(111.679)		(31.669)	

(i) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 814 (R\$ 560 em 30 de junho de 2023) refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo Decreto 9.580 em seus artigos 641 a 647.

(ii) O ajuste é referente a reversão de reserva de valor de principal em processo judicial de anos anteriores.

b) Composição do "Resultado de imposto de renda e contribuição social"

	Jun/2024		Jun/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos no Período	(33.106)	(22.761)	(22.768)	(17.839)
IR e CS Correntes do Período Anterior	1.919	641	1.359	899
Constituição / Realização de Impostos Diferidos:	(30.492)	(27.879)	3.891	2.789
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(7.497)	(7.323)	-	-
Provisão Para Operação de Crédito	(20.331)	(16.265)	7.732	6.185
Provisões Para Riscos Fiscais	1.927	1.542	(1.167)	(934)
Outras Adições Temporárias	(1.557)	(1.246)	(2.971)	(2.377)
Correção (Reversão) de Depósitos Judiciais	(5.734)	(4.587)	(107)	(85)
Superveniência de Depreciação	2.700	-	404	-
Total	(61.679)	(50.000)	(17.518)	(14.151)
	(111.679)		(31.669)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	Jun/2024		Dez/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	79.624	-	87.121	7.323
Adições temporárias:				
Provisão Para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	114.173	91.339	134.505	107.604
Provisão Para Riscos Fiscais	201.849	161.166	199.921	159.624
Insuficiência de Depreciação	8.410	-	5.710	-
Outras Adições Temporárias (i)	14.869	11.895	16.427	13.140
Total de Créditos Tributários IRPJ e CSLL	418.925	264.400	443.684	287.691
Total de Créditos Tributários	683.325		731.375	

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos de PLR.

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2024:

	Imposto de Renda		Contribuição Social		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal		
2024	20.932	-	15.683	-	36.615	32.845
2025	66.323	-	49.997	-	116.320	92.896
2026	71.405	-	55.743	-	127.148	90.308
2027	128.922	-	101.913	-	230.835	145.501
2028	51.720	79.624	41.063	-	172.407	89.120
Total	339.302	79.624	264.399	-	683.325	450.670

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 450.670 (R\$ 551.512 em 31 de dezembro 2023), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de realização tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos Tributários	Dez/2023	Constituições (Realizações)	Jun/2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	242.109	(36.597)	205.512
Provisões Para Riscos Fiscais	359.545	3.470	363.015
Insuficiência	5.710	2.700	8.410
Outras Adições Temporárias	29.567	(2.803)	26.764
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	636.931	(33.230)	603.701
Créditos de Prejuízo Fiscal	87.121	(7.497)	79.624
Créditos de Base Negativa de Contribuição Social	7.323	(7.323)	-
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	94.444	(14.820)	79.624
Total de Créditos Tributários	731.375	(48.050)	683.325
Obrigações Fiscais Diferidas			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(232.210)	(10.322)	(242.532)
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias (nota 14)	(232.210)	(10.322)	(242.532)
Total Líquido	499.165	(58.372)	440.793
Créditos Tributários	Dez/2022	Constituições (Realizações)	Jun/2023
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	349.433	13.917	363.350
Provisões Para Riscos Fiscais	295.936	(2.101)	293.835
Insuficiência	4.707	404	5.111
Outras Adições Temporárias	26.162	(5.348)	20.814
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	676.238	6.872	683.110
Créditos de Prejuízo Fiscal	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários	755.862	6.872	762.734
Obrigações Fiscais Diferidas			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(219.833)	(192)	(220.025)
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	(219.833)	(192)	(220.025)
Total Líquido	536.029	6.680	542.709

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	Jun/2024	Dez/2023
Valor a Pagar de Sociedades Ligadas (nota 24e) (i)	410.573	35.964
Obrigações por Operações de Venda e Transferência de Ativos de Crédito (nota 6i) (ii)	391.854	381.478
Valores a Pagar de Pessoal	48.987	56.554
Credores Diversos - País	36.311	25.285
Valores a Pagar de Fornecedores Diversos	29.701	28.794
Valores a Repassar a Seguradoras	17.379	15.243
Total	934.805	543.318
Passivo Circulante	934.805	337.461
Passivo Não Circulante	-	205.857

(i) No primeiro semestre de 2024, refere-se a redução de capital a pagar para General Motors Financial Inc. no montante de R\$ 400.000

(ii) Refere-se ao passivo das operações de FIDC no montante R\$ 391.854 (R\$ 377.103 em 31 de dezembro de 2023).

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

	Jun/2024	Dez/2023
Provisão Para Imposto Diferido Sobre Atualização de Depósitos Judiciais (nota 12e)	242.532	232.210
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	55.867	-
Outros Impostos Indiretos a Pagar	22.154	23.931
Total	320.553	256.141
Passivo Circulante	78.021	23.931
Passivo Não Circulante	242.532	232.210

15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	Jun/2024	Dez/2023
Provisões para Riscos Fiscais	850.887	846.102
Provisões para Riscos Trabalhistas	13.368	12.862
Provisões para Riscos Cíveis	27.396	19.655
Total	891.651	878.619

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	Jun/2024			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no Início do Período	846.102	12.862	19.655	878.619
Constituições / (Reversões) do Período	7.711	2.381	12.089	22.181
Valores Pagos no Período	(2.926)	(1.875)	(4.348)	(9.149)
Saldo no Final do Período	850.887	13.368	27.396	891.651

	Jun/2023			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no Início do Período	828.379	14.300	13.788	856.467
Constituições / (Reversões) do Período	18.452	1.720	2.825	25.876
Valores Pagos no Período	(29.477)	-	-	(35.796)
Saldo no Final do Período	817.354	12.580	16.613	846.547

Obrigações Legais

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

c) Resumo de passivos contingentes – causas classificadas como possíveis:

	Jun/2024		Dez/2023	
	Quantidade de Processos	Montante (R\$)	Quantidade de Processos	Montante (R\$)
Fiscais	291	214.587	285	208.591
Cíveis	482	10.542	578	11.282
Trabalhistas	10	1.410	11	1.513
Total	783	226.539	874	221.386

16. RENDAS ANTECIPADAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$ 311.578 (R\$ 287.983 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota 24e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de “Receitas com Operações de Crédito” no semestre findo em 30 de junho de 2024 foram reconhecidos resultados de R\$ 198.908 (R\$ 79.253 em 30 de junho de 2023).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Na assembleia geral realizada no dia 04 de dezembro de 2023 foi aprovada a redução do capital social no valor de R\$ 400.000, em razão de o mesmo ser considerado excessivo, com fundamento no Art. 173 da Lei 6.404/76. Após as devidas aprovações, a redução foi registrada e o Capital Social está representado por 1.141.400 (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2023), expresso no montante de R\$ 2.016.479 (R\$ 2.416.479 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 2.016.470 de domiciliados no país (R\$ 2.416.470 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 9 de domiciliados no exterior (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2023).

b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

No primeiro semestre de 2024 foram pagos R\$ 78.800 a título de dividendos referente ao resultado líquido de 2023 (no primeiro semestre de 2023 foram pagos R\$ 66.326 a título de dividendos referente ao resultado líquido de 2021).

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2024 é de R\$ 521.474 (R\$ 338.046 em 31 de dezembro de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

18. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	Jun/2024	Jun/2023
Rendas de Financiamentos	979.885	766.217
Rendas de Empréstimos	6.369	6.694
Rendas de Arrendamento Mercantil	5.343	3.895
<u>Total</u>	<u>991.597</u>	<u>776.806</u>

19. DESPESA DE PESSOAL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, foram reconhecidas “Despesas com Pessoal”, conforme demonstrado:

	Jun/2024	Jun/2023
Despesas com Proventos	(38.970)	(40.821)
Despesas com Encargos Sociais	(20.405)	(19.531)
Despesas de Benefícios	(17.187)	(17.092)
Outras Despesas de Pessoal	(65)	(92)
<u>Total</u>	<u>(76.627)</u>	<u>(77.536)</u>

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Jun/2024	Jun/2023
<u>Recorrente</u>	<u>(193.773)</u>	<u>(187.554)</u>
Comissões Pagas às Concessionárias	(95.712)	(91.639)
Propaganda e Publicidade	(17.063)	(22.729)
Serviços Técnicos Especializados	(16.605)	(19.181)
Outras	(13.694)	(8.404)
Sistemas de Processamento de Dados	(12.853)	(11.210)
Serviços de Terceiros	(12.330)	(12.620)
Despesas com Sistema Financeiro	(11.765)	(11.166)
Emolumentos cartorários	(4.600)	(2.794)
Locação de Veículos (Nota 24e)	(4.253)	(930)
Amortizações e Depreciações	(1.891)	(2.587)
Despesas Tributárias Administrativas	(1.376)	(2.319)
Sistemas de Comunicação	(868)	(1.205)
Seguros	(763)	(770)
<u>Total</u>	<u>(193.773)</u>	<u>(187.554)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras receitas operacionais" apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Jun/2024	Jun/2023
<u>Recorrente</u>	<u>89.520</u>	<u>105.426</u>
Recuperação de Despesas	31.642	29.559
Recuperação de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	26.782	31.260
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	21.925	30.838
Resultado na Venda de Bens Não de Uso Próprio	8.005	7.343
Reversão de Provisão Operacional	695	668
Outras Receitas Operacionais	471	5.758
<u>Total</u>	<u>89.520</u>	<u>105.426</u>

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	Jun/2024	Jun/2023
<u>Recorrente</u>	<u>(10.724)</u>	<u>(10.729)</u>
Juros e Cobrança	(10.611)	(10.217)
Juros e Multas	(101)	(183)
Outras Despesas Operacionais	(12)	(329)
<u>Total</u>	<u>(10.724)</u>	<u>(10.729)</u>

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica "Despesas Tributárias" apresenta a seguinte composição:

	Jun/2024	Jun/2023
<u>COFINS</u>	<u>(19.626)</u>	<u>(13.615)</u>
ISS	(4.099)	(3.163)
PIS	(3.189)	(2.212)
<u>Total</u>	<u>(26.914)</u>	<u>(18.990)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

24. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo Chevrolet Serviços Financeiros.

b) Benefícios de Curto Prazo

<u>Salários e Honorários da Diretoria Executiva</u>	<u>Jun/2024</u>	<u>Jun/2023</u>
Remuneração Fixa	2.437	2.262
Remuneração Variável	2.272	2.414
<u>Total</u>	<u>4.709</u>	<u>4.676</u>

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 4.693/18, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições; e

- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:

- 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
- 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

e) Transações com Partes Relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos períodos, podem ser resumidos como segue:

	Jun/2024			
	Controladoras (i)	Controladas(ii)	Outras(iii)	Total
Ativo/(Passivo)	(376.952)	(591.218)	(357.255)	(1.325.425)
Outros Ativos (nota 7)	31.242	236.420	42.656	310.318
Captações em Depósitos a Prazo	(8.194)	(827.638)	(77.760)	(913.592)
Outras Obrigações Diversas (nota 13)	(400.000)	-	(10.573)	(410.573)
Rendas Antecipadas (nota 16)	-	-	(311.578)	(311.578)
	Dez/2023			
	Controladoras (i)	Controladas(ii)	Outras(iii)	Total
Ativo/(Passivo)	1.919	(725.343)	(342.877)	(1.066.301)
Outros Ativos (nota 7)	4.505	6.190	53.165	63.860
Captações em Depósitos a Prazo	(2.586)	(731.533)	(72.095)	(806.214)
Outras Obrigações Diversas (nota 13)	-	-	(35.964)	(35.964)
Rendas Antecipadas (nota 16)	-	-	(287.983)	(287.983)
	Jun/2024			
	Controladoras (i)	Controladas(ii)	Outras(iii)	Total
Receita/(Despesa)	6.220	(4.000)	202.236	204.473
Rendas de Prestação de Serviços	6.657	34.379	12.986	54.022
Resultado de Rendas Antecipadas (nota 16)	-	-	198.908	198.808
Despesa com captação	(437)	(38.379)	(5.385)	(44.201)
Despesa com locação (nota 20)	-	-	(4.253)	(4.253)
	Jun/2023			
	Controladoras (i)	Controladas(ii)	Outras(iii)	Total
Receita/(Despesa)	5.048	3.556	87.892	96.496
Rendas de Prestação de Serviços	5.326	33.548	13.058	51.932
Resultado de Rendas Antecipadas (nota 16)	-	-	79.253	79.253
Despesa com captação	(278)	(29.992)	(3.489)	(33.759)
Despesa com locação (nota 20)	-	-	(930)	(930)

(i) General Motors Financial Inc. e General Motors Investment Participações Ltda.

(ii) GMAC Administradora de Consórcio Ltda. e GM Corretora de Seguros Ltda.

(iii) General Motors do Brasil Ltda., GMF Serviços de Mobilidade Ltda. e GM Corretora de Seguros de Consórcio Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

25. GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com a regulamentação vigente, às práticas adotadas no mercado, e às recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

- (i) Departamento de Riscos Corporativos – Departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar à CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pela CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprindo e reportando à CRO;
- (ii) Risco de Crédito – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;
- (iii) Risco Operacional – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
- (iv) Risco de Mercado e IRRBB – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- (v) Risco de Liquidez – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos adequadamente para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;
- (vi) Gerenciamento de Capital – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) Riscos Social, Ambiental e Climático – De acordo com a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; o risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e o risco climático é definido em duas vertentes: o risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar estes riscos, quando presentes nas suas atividades e operações. Esta estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS, e também a garantir o devido aproveitamento de oportunidades sociais, ambientais e climáticas identificadas na condução de seus negócios;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de *Compliance* da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;
- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;
- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequadas, ou de falta destas, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de *rating*, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiros, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto da perspectiva de continuidade.
- (xiv) Risco País – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco país como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a jurisdição estrangeira, incluindo também: o risco soberano, no caso de exposição assumida perante governo central de jurisdição estrangeira; e o risco país indireto, no caso de evento relacionado a jurisdição estrangeira diversa daquela onde está localizada a contraparte ou o emissor de instrumento mitigador de risco associado a exposição assumida pela instituição, quando a contraparte ou o emissor possam ser significativamente impactados pelo respectivo evento. O Risco País é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.
- (xv) Risco de Transferência – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco de transferência como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos recursos necessários à liquidação de obrigação perante a instituição, no caso em que esses recursos estejam localizados em jurisdição diversa daquela onde será realizada a respectiva liquidação. O Risco de Transferência é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

26. ÍNDICE DE BASILEIA

De acordo com as Resoluções nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2024 foi de 23,26% (26,24% em 31 de dezembro de 2023).

	Jun/2024	Dez/2023
PR - Patrimônio de Referência	2.458.330	2.660.081
Capital Social, Reavaliações e Reservas de Lucro	2.537.954	2.754.525
Ajuste Prudencial	(79.624)	(94.444)
Ativos Ponderados Pelos Riscos (RWA)	10.566.901	10.136.833
Risco de Crédito (RWACpad)	10.022.753	9.617.005
Privado Bancário	8.742.094	8.431.508
Privado Não Bancário	618.438	467.473
Público Não Bancário	662.221	718.024
Risco Operacional (RWAOpad)	544.148	519.828
PR Mínimo Obrigatório para RWA	845.352	810.947
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	1.612.978	1.849.134
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	211.795	189.746
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.401.183	1.659.388
Adicional de Conservação de Capital	264.172	253.421
Índice de Basileia	23,26%	26,24%

27. OUTROS ASSUNTOS

Contingência passiva remota - Dedutibilidade de ágio

Conforme determina o CPC 25, não há obrigatoriedade de constituição de provisão, tão pouco de divulgação de contingências passivas classificadas como remotas, ainda assim, estamos realizando a divulgação, por boas práticas e transparência, que o Banco discute judicialmente a glosa da dedutibilidade de ágio gerado em operação societária ocorrida em 2004 e deduzida nas bases de IRPJ e CSLL nos anos de 2005 a 2009 e 2012, no valor de R\$ 433.899, cuja expectativa de perda dada ao caso por seus assessores legais é remota.

Ações referentes a tragédia climática no Rio Grande do Sul

O Banco adotou medidas emergenciais junto aos clientes vítimas do desastre no Rio Grande do Sul, tais como priorização no atendimento dos clientes da região, isenção de tarifas, suspensão de ações de cobrança, prorrogações e renegociação de prazos. Também, foram realizadas campanhas visando a arrecadação de materiais de higiene pessoal, roupas e doações para as regiões afetadas. No semestre, não foram registradas perdas financeiras referentes as operações junto aos clientes afetados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

A Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa para prejuízo, reconhecimento de provisão para perda esperada e classificação de operações problemáticas.

Adicionalmente, em 2023 foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, que incluíram alguns conceitos e critérios contábeis sem mudanças significativas na implementação, exceto pela aplicação do Capítulo V, que trata da Contabilidade de Hedge, cuja vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2027. No 1º semestre de 2024, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.146/24 e a BCB nº 397/24, que dispõem principalmente de conceitos e critérios aplicáveis a contabilidade de *hedge*, porém não aplicáveis ao Banco GM.

Plano para implementação:

Durante o exercício de 2023 e o 1º semestre de 2024, o Banco realizou diversas iniciativas, tais como:

- (i) o mapeamento das alterações normativas, áreas e sistemas impactados;
- (ii) a definição de pontos focais, papéis e responsabilidades para cada frente de trabalho;
- (iii) a instalação de governança e reporte das ações planejadas; e
- (iv) a aprovação de orçamento para as iniciativas que visam o pleno atendimento aos novos requisitos.
- (v) a execução, monitoramento e controle das ações conforme cronograma do plano para implementação; e
- (vi) desenvolvimentos e testes sistêmicos nas aplicações internas e externas para adequação das rotinas operacionais e contábeis.

Dentre os principais tópicos da norma que requerem adequação aos quais o Banco avalia que são alterações significativas, estão:

- *Stop accrual*:

Regra Vigente: Interrupção do reconhecimento de juros de operações vencidas a mais de 59 dias de atraso.

Alteração Resolução CMN nº 4.966/2021: 90 dias de atraso ou antes, se o ativo for considerado "ativo problemático" (estágio 3).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- Provisão para perdas:

Regra Vigente: classificação por ratings (A ao H) e rolagem por atraso com base na Resolução CMN nº 2.682/99.

Alteração Resolução CMN nº 4.966/21: Perdas esperadas em 3 estágios com pisos mínimos definidos pelo Banco Central. Os pisos mínimos são qualificados como perda incorrida. Montantes de provisão acima dos pisos mínimos são qualificados como de perdas esperadas.

- Baixa para prejuízo:

Regra Vigente: Após 180 dias em rating H (360 dias de atraso no total).

Alteração Resolução CMN nº 4.966/2021: Quando a entidade não tiver expectativa de recuperação.

- Taxa de juros efetiva:

Regra Vigente: Receitas e despesas de originação são reconhecidas de imediato.

Alteração Resolução CMN nº 4.966/21: Devem ser diferidas e controladas como parte integrante da taxa de juros efetiva, quando assim qualificadas.

No 1º semestre o Banco evoluiu com os trabalhos para a adequação às novas regras a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco executou a aderência aos novos critérios através de projeto interno, onde foram mapeados os processos afetados, requisitos técnicos e testes de homologação junto aos fornecedores de tecnologia para acomodar as alterações introduzidas pela Resolução.

Mudança no Plano de Contas das Instituições Financeiras

O Banco Central do Brasil através da Resolução BCB nº 390/24 alterou a estrutura do Plano de Contas, cuja vigência será efetiva a partir de 1º de janeiro de 2025. Concomitante à resolução e visto a necessidade das mudanças no plano, diversas Instruções Normativas foram instituídas (nº 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433) e emitidas em 1º de dezembro de 2023.

O Banco tem acompanhado as mudanças através das seguintes adoções:

- mapeamento de sistemas impactados que demandarão mudanças;
- orientação e suporte com os fornecedores de sistemas;
- criação de contas de controle para atendimento às novas segregações contábeis devidas à Resolução CMN nº. 4.966/21; e
- estabelecimento de cronograma detalhando sistemas, áreas e prazos para os testes, bem como a adequação das rotinas operacionais e contábeis.